



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 111  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

PROCESSO N.º 024.2023

INTERESSADO: Pregoeiro.

PARECER JURÍDICO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ASSUNTO: Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de aparelhos de academia ao ar livre e parque infantil, destinados à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE E PARQUE INFANTIL, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. EXAME PRÉVIO. MINUTA DE EDITAL E CONTRATO. LEI Nº 10.520/2002, DECRETO 10.024/2019 E LEI Nº 8.666/93.

I – Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico objetivando a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de aparelhos de academia ao ar livre e parque infantil, destinados à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

II – Fase Interna. Minuta de Edital e de Contrato. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

III – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

FLS. Nº 112  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

#### I – RELATÓRIO

1. Por despacho do Pregoeiro, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise do Pregão Eletrônico, objetivando a  
  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE E PARQUE INFANTIL, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL”.
2. Instruem os autos os seguintes documentos:
  - a) Requisições da Secretaria Municipal de Administração de Duque Bacelar/MA;
  - b) Termos de Referência;
  - c) Departamento de Compras - Cotação de Preços;
  - d) Autorização e Declaração de Adequação Orçamentária, expedida pelo Ordenador de Despesa;
  - e) Autuação em Processo de Pregão Eletrônico (Processo Administrativo nº 024.2023);
  - f) Minuta de Edital;
  - g) Minuta de Contrato.
3. Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação. Dito isso, passa-se a análise da Consulta.
4. É o relatório.



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. N° 113  
Proc. N° \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

## II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.
6. Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos e realização de obras. A Lei Federal nº 8.666/1993 – ao trazer as normas gerais sobre o tema – tem como núcleo normativo a norma contida no art. 3º, que reafirma a necessidade e a importância da realização do procedimento licitatório para a proteção e garantia da Administração Pública. Vide:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
7. A norma contida neste artigo demonstra que o procedimento licitatório não se trata de mera sucessão de atos administrativos, mas que é necessário coaduná-los aos princípios da norma geral (Lei Federal n. 8.666/1993). Em suma, a licitação é um procedimento orientado para atingimento de certos fins, entre os quais a seleção da(s) melhor(es) propostas para que o Poder Público explore de maneira mais eficiente seus recursos econômicos.
8. A Constituição Federal determina em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de as contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 114  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

- serem precedidas de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei nº 8.666/93, que versa sobre as normas atinentes aos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.
9. Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
10. Como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

-----  
“Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS  
POLÍTICA DE PRIVACIDADE  
VERSÃO 1.0

Esta política de privacidade tem por objetivo informar aos usuários sobre a forma como a Duque Bacelar coleta, utiliza, divulga e protege os dados pessoais que são coletados durante o uso dos nossos produtos e serviços. Esta política aplica-se a todos os dados pessoais coletados pela Duque Bacelar, independentemente do método de coleta e do local onde os dados são armazenados.

3. O tratamento dos dados pessoais é realizado de acordo com as finalidades previstas no presente documento e de acordo com as necessidades da Duque Bacelar para a prestação dos seus serviços. Os dados pessoais são coletados e tratados de forma segura e protegida por medidas técnicas e organizacionais apropriadas. A Duque Bacelar não vende, aluga ou transfere os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados.

4. O titular dos dados pessoais tem o direito de acessar, atualizar, corrigir ou excluir os dados pessoais que foram coletados pela Duque Bacelar. Para exercer este direito, o titular dos dados deve entrar em contato com o Departamento de Atendimento ao Cliente da Duque Bacelar. O titular dos dados também tem o direito de solicitar a portabilidade dos dados pessoais para outro sistema de informação. Para exercer este direito, o titular dos dados deve entrar em contato com o Departamento de Atendimento ao Cliente da Duque Bacelar. O titular dos dados também tem o direito de solicitar a exclusão dos dados pessoais que foram coletados pela Duque Bacelar. Para exercer este direito, o titular dos dados deve entrar em contato com o Departamento de Atendimento ao Cliente da Duque Bacelar.

5. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas.

6. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas.

7. A Duque Bacelar não divulga os dados pessoais para terceiros sem o consentimento prévio do titular dos dados. Os dados pessoais são armazenados em servidores seguros e protegidos por medidas técnicas e organizacionais apropriadas.

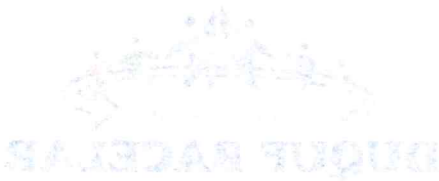


*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. N° 115  
Proc. N° \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

11. A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.
12. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.
13. Cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de observância da legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico.
14. Pois bem. Cuida o presente caso de pregão eletrônico, cujo objetivo é a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de aparelhos de academia ao ar livre e parque infantil, destinados à Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital..
15. O pregão eletrônico é uma das espécies da modalidade pregão, foi instituído pela Lei nº 10.520/2002, regulamentado através do Decreto nº 5.450/2005 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021, utiliza do tipo menor preço, com o objetivo de realizar a escolha da proposta mais vantajosa para



MUNICÍPIO DE RACELIAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
RACELIAS - MATO GROSSO DO SUL

Assunto: Solicitação de autorização para realização de atividades extracurriculares em sala de aula.

Prezados Senhores, venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria a autorização para a realização de atividades extracurriculares em sala de aula, durante o período de 08h30min às 10h30min, no dia 15/05/2023, para os alunos da turma de 1ª série do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, localizada na Rua Manoel de Barros, nº 100, Centro, Racelias - Mato Grosso do Sul.

As atividades consistem em uma apresentação de um trabalho desenvolvido pelos alunos, sob a orientação dos professores, com o objetivo de avaliar o conhecimento adquirido durante o processo de aprendizagem. As atividades serão realizadas em sala de aula, durante o período de 08h30min às 10h30min, no dia 15/05/2023, para os alunos da turma de 1ª série do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, localizada na Rua Manoel de Barros, nº 100, Centro, Racelias - Mato Grosso do Sul.

As atividades serão realizadas em sala de aula, durante o período de 08h30min às 10h30min, no dia 15/05/2023, para os alunos da turma de 1ª série do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, localizada na Rua Manoel de Barros, nº 100, Centro, Racelias - Mato Grosso do Sul.

As atividades serão realizadas em sala de aula, durante o período de 08h30min às 10h30min, no dia 15/05/2023, para os alunos da turma de 1ª série do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, localizada na Rua Manoel de Barros, nº 100, Centro, Racelias - Mato Grosso do Sul.

As atividades serão realizadas em sala de aula, durante o período de 08h30min às 10h30min, no dia 15/05/2023, para os alunos da turma de 1ª série do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, localizada na Rua Manoel de Barros, nº 100, Centro, Racelias - Mato Grosso do Sul.



Administração em suas contratações, independentemente, do valor estimado, possui as mesmas.

FLS. N° 116  
Proc. N° \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

regras básicas do pregão presencial, se torna diferente, uma vez que possui procedimentos específicos, principalmente, na questão em que não possui sessão com a presença física do pregoeiro e sua equipe, assim como dos representantes das empresas licitantes e os demais que venham ter interesse na participação do certame:

16. Para se realizar certame licitatório pela modalidade pregão eletrônico, deve-se observar o que o Decreto Lei n° 5.450/2005 estabelece, mormente o constante em seu art. 9°, o qual transcreve-se abaixo:

Art. 9° Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente; III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

17. Analisando-se os autos, verifica-se que a solicitação para realização do certame partiu de autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade de sua aquisição, possuindo a respectiva cotação do objeto e a previsão orçamentária para tanto. Há também o termo de referência





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 197  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

- para fins de especificação do objeto. Além disso, resta demonstrada viabilidade orçamentária para realização do certame, a licitude e ausência de especificidade excessiva do objeto, e o conjunto de servidores designados para conduzir o certame.
18. Destarte, tendo se observados tais requisitos, deve-se então obedecer ao interstício legal mínimo, qual seja, de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do anúncio de abertura do certame e a sua efetiva realização.
  19. Temos, no presente caso, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por item, a qual está devidamente autuada, numerada segundo série anual e instruída com a requisição de realização pelo setor competente, contendo ainda, os autos, a autorização da autoridade responsável.
  20. Ressaltamos que, em análise à minuta do edital, verificamos que no preâmbulo do mesmo constam as informações referentes ao órgão interessado, modalidade e tipo de licitação e legislação a ser aplicada, e demais elementos exigidos. Outra exigência da Lei nº 10.520/2002 é que a autoridade competente defina os critérios de aceitação das propostas feitas pelos licitantes (art. 3º, I).
  21. Na minuta do Contrato acostada aos autos estão presentes: cláusula referente ao objeto; prazo de execução e local de entrega; do recebimento; do valor; dotação orçamentária; pagamento; obrigações das partes; penalidades; rescisão contratual; da gestão e fiscalização; da legislação; casos omissos e foro.
  22. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

### III – CONCLUSÃO



PRIMEIRA REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 1950

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em

...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em  
...a reunião de 1950, a qual se realizou em 15 de maio de 1950, em



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR  
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 118  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

23. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e do contrato, pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumprido todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.
24. Retornem os autos ao Pregoeiro.

Duque Bacelar/MA, 27 de março de 2023

Sandra Costa  
Procuradora  
OAB/PI 4650

